

Bolsonaro mobilizou população contra as urnas e usou Estado em seu benefício, diz MP

ABUSO DE PODER

Bolsonaro mobilizou população contra urnas e usou Estado em benefício próprio, diz MP

REYNALDO TURULLO JR. E MARIANA MUNIZ

Em parecer no qual defende que Jair Bolsonaro ficou inelegível por oito anos, a Procuradoria-Geral Eleitoral afirma que o ex-presidente mobilizou a população a se insurgir contra o sistema eleitoral e usou o Estado para benefício pessoal na eleição. A manifestação pela condenação, entregue na quarta-feira ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é o último passo da acusação antes do julgamento do processo sobre a reunião com embaixadores no Palácio da Alvorada, em julho de 2022. A análise em plenário deve ocorrer até maio.

No documento, ao qual O GLOBO teve acesso, o Ministério Público afirma ver no episódio inúmeras condutas que ferem a legislação eleitoral, como abuso de autoridade e de poder político, desvio de finalidade e uso indevido dos meios de comunicação.

A Procuradoria-Geral Eleitoral pediu a condenação do ex-presidente por reconhecer seu discurso a embaixadores estrangeiros, três meses antes da eleição presidencial, efetivamente atacou as instituições eleitorais, de modo a abalar a confiança da população. Caso seja punido, Bolsonaro só poderá disputar eleições a partir de 2032.

A ação foi apresentada pelo PDT no ano passado para apurar os ataques ao sistema eleitoral feito pelo então presidente na reunião. Posteriormente, foram incluídos nos autos outras críticas de Bolsonaro às urnas eletrônicas, além da minuta do golpe — rascunho de um decreto presidencial apreendido pela Polícia Federal na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres. O documento previa uma intervenção no TSE com o objetivo de reverter o resultado da eleição de 2022, da qual Bolsonaro saiu derrotado.

"INÉDITA MOBILIZAÇÃO" No parecer, o Ministério Público pede à Corte Eleitoral a absolvição do então candidato a vice, Walter Braga Netto, por não ter havido a participação dele nos fatos investigados.

O ex-presidente é alvo de um instrumento chamado de Ação de Investigação Judicial Eleitoral (Aije). Previstas na Lei de Inelegibilidade, de 1990, essas ações podem ser apresentadas ao TSE por candidatos, parti-



Julgamento. Caso Jair Bolsonaro seja condenado na ação proposta pela Procuradoria-Geral Eleitoral, ele só poderá disputar eleições a partir de 2032

ATAQUES AO SISTEMA ELEITORAL

"Fatos relevantes" apontados pelo MP Eleitoral

Live sobre urnas Na reunião com embaixadores, Bolsonaro citou uma live feita por um programador em outubro de 2018 na qual esse suposto especialista diz que é possível fraudar a eleição alterando o código-fonte das urnas. A acusação jamais foi comprovada.

Invasão hacker O ex-presidente também disse aos embaixadores que o TSE sofreu uma invasão de hackers em 2018, mas omitiu que o tribunal afastou qualquer risco para a votação. O hacker teve acesso apenas a dados administrativos; não às urnas.

Ataques às urnas Para a Procuradoria, Bolsonaro vinha formulando uma linha de ataques às urnas muito antes da reunião com embaixadores, como mostra uma entrevista a um programa televisivo em 4 de agosto de 2021.

Discurso recorrente O órgão também cita uma live transmitida por Bolsonaro em 12 de agosto de 2021, em que o ex-presidente aborda os mesmos temas



Na reunião com embaixadores estrangeiros no Alvorada, Bolsonaro citou uma live na qual um suposto especialista diz que é possível fraudar as urnas. A acusação jamais foi comprovada



Infrações de Bolsonaro à legislação eleitoral, segundo o MP

Abuso de autoridade O MP afirma que Bolsonaro se aproveitou da condição de presidente para tentar "desequilibrar a disputa (eleitoral) em seu favor".

"Percebeu-se uma inédita mobilização de parcelas da população que rejeitavam abertamente e publicamente o resultado das eleições"

Desvio de finalidade Segundo a Procuradoria, Bolsonaro utilizou bens públicos em busca de benefícios pessoais.

"A busca do benefício pessoal também foi tornada clara. O uso de recursos estatais para a atividade da mesma forma está estampado nos autos"

Uso indevido dos meios de comunicação O MP considerou ainda que houve uso indevido dos meios de comunicação porque a reunião com os embaixadores foi transmitida pelas redes sociais oficiais do governo e pela TV Brasil.

A minuta do golpe

Apreendida na casa do ex-ministro da Justiça Anderson Torres, a proposta de decreto presidencial previa uma intervenção no TSE com o objetivo de reverter o resultado da eleição de 2022, da qual Jair Bolsonaro saiu derrotado. O documento foi anexado ao processo que pede a ineligibilidade do ex-presidente



Outras ações

Ao todo, Bolsonaro é alvo de 16 processos que tramitam no TSE — todos, no limite, podem impedir que ele participe de eleições. De acordo com advogados eleitorais, além do processo sobre a reunião com os embaixadores, outros dois são graves: o que apura o uso de programas sociais, como o Auxílio Brasil, durante as eleições; e o que investiga uma suposta rede de desinformação. As ações apuram fatos que podem ter desequilibrado a disputa de 2022 em favor do ex-chefe do Executivo.

Editoria de Arte

nas acusações foi transmitida pela TV Brasil.

"A busca do benefício pessoal também foi tornada clara. O uso de recursos estatais para a atividade está estampado nos autos. Todo o evento foi montado para que o pronunciamento se revelasse como manifestação do presidente da República, chefe de Estado".

Concretamente, no entanto, que seu parecer não analisou os fatos do ponto de vista criminal, mas estritamente eleitoral, e disse que seu posicionamento não vincula as ações de Bolsonaro na ocasião aos atos golpistas de 8 de janeiro, em que apoiadores do ex-presidente depredaram os prédios do Congresso, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Palácio do Planalto.

DEFESA NÃO COMENTA

Na manifestação enviada ao TSE, o MP rebateu o argumento da defesa de Bolsonaro de que, ao expor sua desconfiança sobre o processo eleitoral, o então presidente estava apenas buscando contribuir para o aperfeiçoamento do sistema. Para o procurador, esse debate já havia sido encerrado pelo Congresso, que em 2021 rejeitou uma proposta que institua voto impresso.

"As críticas do Presidente da República só poderiam ser vistas como alerta para os brasileiros e para o mundo de que o resultado das eleições não podiam ser recebidos como confiáveis e legítimos — tudo isso, além do mais, num contexto em que pesquisas eleitorais situavam o adversário do investigado como melhor posicionado na preferência dos cidadãos", observou o procurador, em referência à dianteira de Lula.

Procurada, a defesa de Bolsonaro afirmou que não poderia se posicionar sobre o parecer enquanto ele continua em sigilo de Justiça. A equipe do advogado Tarcísio Vieira de Carvalho Neto protocolou ontem uma petição ao corregedor-geral do TSE, Benedito Gonçalves, para que fosse retirado o sigredo do processo. O pedido de sigilo parcial fora feito pela própria defesa do ex-presidente. (Colaboração Eduardo Gonçalves)

Ex-presidente participou de ligação para tentar resgatar joias

O ex-presidente Jair Bolsonaro participou de um telefonema sobre um ofício feito por Mauro Cid, seu ajudante de ordens, para tentar resgatar as joias saqueadas de R\$ 16,5 milhões apreendidas pela Receita Federal no aeroporto de Guarulhos, disse um ex-funcionário da Presidência da República

à Polícia Federal (PF).

No depoimento, segundo informou o blog do jornalista Andréia Sadi, no J1, o ex-chefe do gabinete de documentação histórica da Presidência Marcelo da Silva Vieira contou que, em dezembro de 2022, Cid pediu para ele assinar um ofício

que seria enviado à Receita para solicitar incorporação dos bens apreendidos pela Presidência.

Cid encaminhou, então, o documento em 27 de dezembro, às vésperas de Bolsonaro deixar o governo. As tratativas ocorreram por WhatsApp, Vieira se negou a fazê-lo.

Depois da negativa, os dois falaram ao telefone sobre o assunto. Durante o contato, contou Vieira à PF, "Mauro Cid colocou a ligação no modo viva-voz e pediu ao declarante para que recitasse ao presidente da República essa situação e por que não poderia assinar."

Vieira afirma, então, que deu explicações técnicas sobre a impossibilidade e que Bolsonaro disse "O.K., obrigado".

A função de Vieira era revisar o que poderia ser aceito como presente para o acervo presidencial. A defesa de Bolsonaro não retornou.

